

Concessionária Rota do Oeste S.A.

**Demonstrações contábeis intermediárias e
relatório de revisão dos auditores independentes**

Em 30 de junho de 2014

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da administração às informações intermediárias de 30 de junho de 2014	11

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24.a, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, portanto somente começou a auferir resultados desta data em diante. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está ressalvada com referência a este assunto.

Outros assuntos

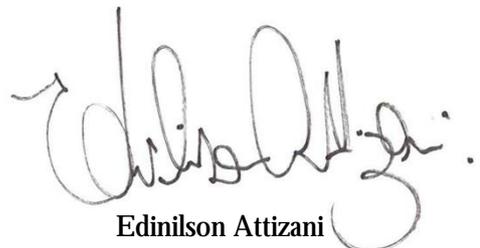
Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de novembro de 2015.



Nelson Fernandes Barreto Filho
Contador CRC 1SP-151.079/O-0



Edilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2014	31/12/2013
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	328	1
Aplicações financeiras	8	62.143	-
Tributos a recuperar	-	1.244	-
Despesas antecipadas	9	4.174	-
Outros ativos	-	134	-
		<u>68.023</u>	<u>1</u>
			-
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	248	-
Despesas antecipadas	9	5.506	-
Partes relacionadas	11	82	-
		<u>5.836</u>	<u>-</u>
Imobilizado	12	2.475	-
Intangível	13	142.209	-
		<u>144.684</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>218.543</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	14	5.132	-
Partes relacionadas	11	13.053	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.698	-
Tributos a pagar	-	335	-
Contas a pagar	15	9.987	-
		<u>30.205</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	189.559	1
Prejuízos acumulados		(1.221)	-
		<u>188.338</u>	<u>1</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>218.543</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do resultado

Para os períodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Período de 1º de abril a 30 de junho de 2014</u>	<u>Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014</u>
Operações continuadas			
Receita líquida	17	72.877	81.081
Custo dos serviços	18	(72.877)	(81.081)
Lucro bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(6.271)	(6.417)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(6.271)	(6.417)
Receitas financeiras	20	2.660	4.951
Despesas financeiras	20	(1)	(3)
Resultado financeiro, líquido		2.659	4.948
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.612)	(1.469)
Imposto de renda e contribuição social	21	971	248
Prejuízo do período		(2.641)	(1.221)
Prejuízo básico por lote de mil ações no fim do período - R\$	22	(11,07)	(5,12)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo do período,

Concessionária Rota do Oeste

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2013		1	-	-	1
Aumento de capital	16	239.999	(50.441)	-	189.558
Prejuízo do semestre		-	-	(1.221)	(1.221)
Em 30 de junho de 2014		<u>240.000</u>	<u>(50.441)</u>	<u>(1.221)</u>	<u>188.338</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Para o período findo em 30 de junho (Valors expressos em milhares de reais)

	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.469)
Ajustes	
Depreciação e amortização	123
	(1.346)
Variações nos ativos e passivos	
Tributos a recuperar	(1.244)
Despesas pagas antecipadamente	(9.680)
Outros ativos	(216)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.698
Fornecedores	2.874
Tributos a pagar	335
Contas a pagar	9.987
Caixa gerado nas operações	2.408
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>2.408</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aplicações financeiras	(62.143)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.514)
Adições ao intangível	(116.424)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(181.081)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Partes relacionadas	
Aumento de capital	179.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>179.000</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>327</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	328
Varição de caixa do período	<u>327</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do valor adicionado

Para o período findo em 30 de junho de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014
Receitas	81.081
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia e outros	(2.243)
Custo de obras de Infraestrutura ICPC 01	(81.081)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(2.063)
Valor adicionado bruto	(4.306)
Depreciação e amortização	(123)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(4.429)
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	4.951
Valor adicionado total a distribuir	522
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	1.591
Remuneração direta	1.340
Benefícios	198
FGTS	53
Impostos, taxas e contribuições	(22)
Federais	(22)
Remuneração de capitais de terceiros	174
Juros	1
Aluguéis	136
Outros	37
Remuneração de capitais próprios	(1.221)
Prejuízo do período	(1.221)
Valor adicionado distribuído	522

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais de 30 de junho de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específica e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com prazo de duração correspondente ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão firmado com a União Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes (“ANTT” ou “Poder Concedente”). O procedimento licitatório foi promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concessão nº 003/2013 da 3ª Etapa das Concessões de Rodovias Federais – Fase III, Lote 7, tendo como objetos social:

- (i) recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário composto por trechos rodoviários da BR-163/MT e MT 407, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com as instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão (Sistema Rodoviário);
- (ii) exploração de eventuais receitas complementares, acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio, decorrente da exploração do Sistema Rodoviário e de projetos associados.

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder concedente</u>
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (Organização).

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de novembro de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos adotados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria, mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 30 de junho de 2014, compreende a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 7).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado.

d) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

e) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômico-futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

f) Intangível**(i) Infraestrutura**

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tem início a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizada nas operações da Companhia, estes ativos serão amortizados após o início das atividades previsto para agosto de 2015 e o critério de amortização seguirá pela curva de demanda.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 13.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

g) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

i) Reconhecimento de receita**(i) Receita de construção**

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

n) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 30 de junho de 2014, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 863.

j) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômico-futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.3. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o semestre findo em 30 de junho de 2014 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) **Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o semestre findo em 30 de junho de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) **Reconhecimento de receita de construção**

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justos dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar aos fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
Em 30 de junho de 2014		
Fornecedores	5.132	-
Partes relacionadas	13.053	-
Outras contas a pagar	9.987	-

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	328	-	1
Aplicações financeiras	62.143	-	-	-
	62.143	328		1
Outros passivos financeiros				
		30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores		5.132	-	-
Partes relacionadas		13.053	-	-
Contas a pagar		9.987	-	-
		28.172		-

6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, ou impaired, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2014
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	62.143	-
	62.143	-
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	12	1
Bancos conta movimento	315	-
Numerários em trânsito	1	-
	328	1
	62.471	1

7. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa geral	12	1
Bancos conta movimento	315	-
Numerários em trânsito	1	-
	328	1

8. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2014, a Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura. Em 30 de junho de 2014, o montante registrado na rubrica de aplicações financeiras é de R\$ 62.143.

9. Despesas antecipadas

30 de junho de 2014	
Seguros a apropriar	9.174
Despesas com financiamentos a apropriar	506
	9.680
Ativo circulante	4.174
Ativo não circulante	5.506

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

30 de junho de 2014	
Ativo (passivo) fiscal diferido	
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias	248
	248

30 de junho de 2014	
Tributos diferidos líquidos	
Ativo fiscal diferido - não circulante	406
Passivo fiscal diferido - não circulante	158
	248

11. Partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Construtora Noberto Odebrecht S.A. ("CNO") (*)	82	13.053
Em 30 de junho de 2014	82	13.053

(*) O montante de R\$ 82 refere-se basicamente a repasse de despesas administrativas, essas transações foram realizadas de acordo com os preços praticados no mercado. O montante de R\$ 13.053 refere-se a boletins de medição de obra da CNO, empresa responsável pela construção do sistema rodoviário.

a) Honorários da Administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia no período findo em 30 de junho de 2014, totalizou o montante de R\$ 380.

b) Participação nos lucros e resultados

Em 30 de junho de 2014 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 863.

12. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
Aquisições	76	206	1.357	908	2.547
Depreciação/exaustão	(2)	(6)	(64)	-	(72)
Saldo contábil	74	200	1.293	908	2.475
Custo	76	206	1.357	908	2.547
Depreciação/exaustão acumulada	(2)	(6)	(64)	-	(72)
Saldo em 30 de junho de 2014	74	200	1.293	908	2.475
Taxas anuais de depreciação (%) (*)	10	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens serão depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

13. Intangível

Infraestrutura

	Intangível em formação	Melhoramentos	Software	Total
Aquisições	140.735	1.508	17	142.260
Amortização	-	(51)	-	(51)
Saldo contábil	140.735	1.457	17	142.209
Custo	140.735	1.508	17	142.260
Amortização	-	(51)	-	(51)
Saldo em 30 de junho de 2014	140.735	1.457	17	142.209
Taxas anuais de amortização (%) (*)			20	

(*) Serão amortizados de acordo com o prazo do contrato de Concessão até o início das operações das praças de pedágio, a partir desta data o critério de amortização será pela curva de tráfego.

Refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão parcialmente concluído.

14. Fornecedores

O saldo no semestre findo em 30 de junho de 2014 é de R\$ 5.132, reconhecidos ao valor das faturas correspondentes.

15. Contas a pagar

O saldo no semestre findo em 30 de junho de 2014 é de R\$ 9.987, refere-se basicamente a seguros a pagar.

16. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 27 de dezembro de 2013, foi constituído o capital social da Companhia, em R\$ 1, através da emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor em moeda corrente nacional.

Em 20 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social, pela acionista OTP, no montante de 239.999 novas ações ordinárias da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o montante de R\$ 240.000 sendo R\$ 10.558, integralizado em créditos, R\$ 179.000 em moeda corrente e R\$ 50.442 deverão ser integralizados até o final do primeiro ano de concessão, na forma prevista no Edital e no Contrato de Concessão.

Em 30 de junho de 2014, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 189.559, representado por 189.559.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

17. Receita líquida

A Companhia reconheceu, no semestre findo em 30 de junho de 2014 o montante de R\$ 81.081, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão, o início da cobrança de pedágio está condicionada ao atingimento de 10% das obras previstas para agosto de 2015.

18. Custo dos serviços

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014
Custo de obra de infraestrutura	(72.877)	(81.081)
	(72.877)	(81.081)

19. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014
Salários e encargos	(1.773)	(1.816)
Serviços de terceiros	(874)	(935)
Depreciação e amortização	(123)	(123)
Despesas com veículos	(36)	(36)
Gastos gerais	(3.465)	(3.507)
	(6.271)	(6.417)

20. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014
Despesas financeiras		
IOF sobre resgates de aplicação financeira	(1)	(3)
	(1)	(3)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.653	4.944
Descontos obtidos	7	7
	2.660	4.951
	2.659	4.948

21. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014
Prejuízo antes dos impostos	(3.612)	(1.469)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	1.228	499
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Outros	(257)	(251)
Total de IR e CSLL	971	248

22. Prejuízo por ação

Básico

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o semestre findo em 30 de junho.

	2014
Prejuízo do semestre	(1.221)
Quantidade média ponderada de ações	238.675
Prejuízo básico por lote de mil ações	(5,12)

23. Seguros

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	100.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	3.000

24. Evento subsequente

a) Início das operações

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

b) Alteração no controle acionário

Em 2014 a participação acionária na proporção de 100% do capital da Companhia deixou de ser detido pela Odebrecht Transport S.A. (OTP), passando a ser subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A. (ODBVias), em razão da reestruturação societária com a criação de uma estrutura própria para a gestão dos ativos de rodovias.

c) Empréstimos bancários

Em 23 de julho de 2014 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), conforme processo nº. 50500.062490/2014-89 de acordo com a Deliberação nº 187 da ANTT, o Art. 1º autoriza a captação de empréstimo ponte no montante de até R\$ 762.000 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT.

Em 12 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação de Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$ 75.000, que foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014. Foram emitidas dez Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,3% a.a.

Em 23 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. montante de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Em 10 de setembro de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram o contrato de financiamento no montante de R\$ 300.000. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta Odebrecht TransPort (OTP), alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

d) Aumento de capital

Em 24 de julho de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 558, passando de R\$ 240.000 para R\$ 240.558.

e) Adiantamento para Futuro de Capital (AFAC)

Não existe a certeza, que esses valores irão compor o capital social da Companhia.

Em 1º de julho de 2015, a ODB Rodovias S.A. (ODB Rodovias), visando atender à necessidade de caixa da Companhia, enquanto não ocorria a liberação de recursos ponte da Caixa Econômica Federal realizou o AFAC no montante de R\$ 10.000. Em 16 de julho de 2015, a ODB Rodovias, realizou outro AFAC no montante de R\$ 9.925.

Em 24 de julho de 2015, a ODB Rodovias, por equívoco incorrido na formalização do AFAC realizado em 1º de julho de 2015 capitalizou parcialmente o AFAC, mediante aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 558.

Em 11 de setembro de 2015, a ODB Rodovias em comum acordo com a Companhia resolveu converter os AFAC's em mútuo no montante de R\$ 20.065.

Em 30 de setembro de 2015, a OTP converteu os saldos de mútuos no valor de R\$ 72.815 com a Companhia em AFAC na ODBvias e, conseqüentemente, a ODBvias converteu AFAC na Companhia. O saldo de mútuo no valor de R\$ 17.092 foi convertido em AFAC na Companhia.

f) Licença para duplicação de rodovia

Em 23 de março de 2015, a Companhia obteve a licença prévia e licença de instalação referente a duplicação dos trechos do Km 0 em Itiquira a Km 94,9 em Rondonópolis e do Km 507,1 em Diamantino ao Km 855 em Sinop-MT.

g) Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 386 em 30 de setembro de 2015.

* * *